

# Sumário

<b>Capítulo 1 ► ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E DIREITO FINANCEIRO</b> .....	17
1. Atividade Financeira do Estado. Conceito e Objeto. Direito Financeiro .....	17
2. Direito Financeiro .....	18
3. Finanças Públicas na Constituição de 1988. Competência legislativa .....	19
4. Fontes do Direito Financeiro .....	22
5. Princípios do Direito Financeiro .....	27
6. A Lei nº 13.655/2018 (LINDB) e o Direito Financeiro .....	28
<b>Capítulo 2 ► ORÇAMENTO PÚBLICO</b> .....	37
1. Origem e conceito .....	37
2. Princípios orçamentários .....	39
2.1. Princípio da Legalidade ou reserva legal .....	39
2.2. Princípio da Unidade ou Totalidade .....	40
2.3. Princípio da Universalidade .....	43
2.4. Princípio do Orçamento-Bruto .....	44
2.5. Princípio da Anualidade ou da Periodicidade orçamentária .....	45
2.6. Princípio da Anterioridade ou da Precedência orçamentária .....	47
2.7. Princípio da Exclusividade .....	47
2.8. Princípio da Especialização, Especificação ou Discriminação .....	50
2.9. Princípio da Não Afetação ou Não Vinculação da Receita .....	52
2.10. Princípio da Proibição do Estorno de Verbas .....	57
2.11. Princípio do Equilíbrio Orçamentário .....	60
2.12. Princípio da Programação ou Planejamento .....	63
2.13. Princípio da Unidade de Tesouraria (ou Unidade de Caixa) .....	63
2.14. Princípio da Transparência ou Publicidade .....	64
3. Espécies de orçamentos .....	67
4. Natureza jurídica .....	70
5. Orçamento impositivo – Emendas individuais e de bancada .....	74
5.1. Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 (Emendas parlamentares ao orçamento) .....	81
6. Orçamento participativo .....	87

7. Emendas do Relator (RP9) ou “Orçamento secreto” .....	89
7.1. Emendas PIX .....	95
8. Leis orçamentárias: espécies e tramitação legislativa .....	98
8.1. Plano Plurianual .....	99
8.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) .....	104
8.3. Lei Orçamentária Anual (LOA) .....	120
8.4. Controle abstrato de constitucionalidade das leis orçamentárias .....	132
9. Ciclo orçamentário .....	133
9.1. Proposta orçamentária .....	134
9.2. Elaboração orçamentária .....	139
9.3. Execução orçamentária .....	148
10. Exercício Financeiro .....	155
11. Créditos Adicionais .....	157
11.1. Créditos suplementares .....	159
11.2. Créditos especiais .....	161
11.3. Créditos extraordinários .....	163
<b>Capítulo 3 ► DESPESAS PÚBLICAS</b> .....	167
1. Conceito de despesas públicas .....	167
2. Espécies de despesas públicas .....	168
2.1. Quanto à competência .....	168
2.2. Quanto à periodicidade ou regularidade .....	169
2.3. Quanto à natureza .....	169
2.4. Quanto ao critério econômico .....	170
2.5. Quanto à extensão ou ao ambiente .....	170
2.6. Quanto à natureza legal .....	170
3. Execução das despesas públicas .....	179
3.1. Programação .....	180
3.2. Licitação .....	181
3.3. Empenho .....	181
3.4. Liquidação .....	185
3.5. Ordem de pagamento .....	186
3.6. Suprimento .....	187
3.7. Pagamento .....	187
4. Regime de adiantamento .....	187
5. Restos a pagar .....	189
6. Contingenciamento de dotações .....	193

7.	Disciplina constitucional dos precatórios .....	193
7.1.	Preferência dos débitos de natureza alimentícia .....	202
7.2.	Preferência em razão de idade, doença ou deficiência.....	205
7.3.	Requisição de Pequeno Valor .....	208
7.4.	Fracionamento do precatório.....	211
7.5.	Compensação de precatórios .....	213
7.6.	Diferentes destinos conferidos aos precatórios pela EC 113/2021 .....	213
7.7.	Cessão de créditos de precatórios .....	215
7.8.	Refinanciamento de débitos de precatórios pela União .....	216
7.9.	Amortização de dívidas via precatórios.....	216
7.10.	Regime Especial da EC 62/2009 .....	217
7.11.	Regime especial de pagamento para os casos de precatórios em mora – de acordo com a EC 99/2017.....	220
7.12.	Comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento de pre- catórios e obrigações de pequeno valor.....	227
7.13.	Emendas Constitucionais 113 e 114, de 2021 .....	228
8.	Despesas com pessoal .....	233
8.1.	Controle das despesas com pessoal.....	246
8.2.	Regime de Transição da LC 178/2021 .....	254
9.	Despesas com a Seguridade Social.....	254
10.	Transferências voluntárias.....	256
11.	Destinação de recursos públicos para o setor privado .....	262
	<b>Capítulo 4 ► RECEITAS PÚBLICAS .....</b>	<b>265</b>
1.	Conceito de receitas públicas .....	265
2.	Classificação das receitas públicas .....	267
2.1.	Quanto à competência do ente federativo .....	267
2.2.	Quanto à regularidade ou periodicidade.....	267
2.3.	Quanto à origem ou quanto à coercitividade .....	267
2.4.	Quanto à natureza .....	273
2.5.	Quanto à aplicação ou quanto aos fins a que se destina .....	273
2.6.	Quanto à afetação patrimonial.....	274
2.7.	Classificação legal ou quanto à categoria econômica .....	274
3.	Estágios da receita pública .....	278
3.1.	Previsão.....	278
3.2.	Lançamento .....	279
3.3.	Arrecadação .....	280
3.4.	Recolhimento .....	280

4. As receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	281
4.1. Receita Corrente Líquida.....	281
4.2. Responsabilidade na Gestão Fiscal.....	284
4.3. Renúncia de receitas e incentivos fiscais .....	285
5. Repartição de receitas tributárias .....	294
5.1. Participação direta no produto da arrecadação do imposto de renda reti- do na fonte de competência impositiva da União.....	295
5.2. Modalidade de participação no produto de impostos de receitas partilha- das.....	296
5.3. Partilha indireta em favor dos Estados, DF e Municípios .....	299
5.4. Proibição de retenção e restrições à repartição constitucional de receitas tributárias.....	303
6. Dívida Ativa da União de natureza tributária e não tributária .....	304
7. Fundos especiais .....	307
<b>Capítulo 5 ► CRÉDITO PÚBLICO E DÍVIDA PÚBLICA .....</b>	<b>313</b>
1. Conceito e natureza jurídica .....	313
2. Classificação do crédito público.....	315
2.1. Quanto à pessoa jurídica que obtém o crédito .....	315
2.2. Quanto à coercitividade.....	315
2.3. Quanto à origem territorial do empréstimo .....	316
2.4. Quanto ao prazo .....	317
2.5. Classificação constitucional.....	320
3. Princípios dos empréstimos públicos .....	320
4. O crédito público na Constituição da República de 1988 .....	321
5. Crédito público e dívida pública na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	326
5.1. Dívida pública mobiliária .....	326
5.2. Limites da dívida pública e das operações de crédito .....	328
5.3. Recondução da dívida aos limites.....	332
5.4. Operações de crédito .....	333
5.5. Vedações em matéria de endividamento público .....	338
5.6. Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).....	341
5.7. Concessão de garantias.....	344
6. Regra de Ouro das Finanças Públicas .....	349
7. Formas de extinção da dívida pública .....	352
8. A dívida pública e o novo regime fiscal (ECs 95/2016 e 102/2019) .....	353
9. O Novo Regime Fiscal Sustentável ou “Novo Arcabouço Fiscal” .....	359
10. Regime de recuperação Fiscal .....	365

<b>Capítulo 6 ► FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>373</b>
1. Transparência, controle e fiscalização dos orçamentos.....	373
2. O controle externo .....	378
2.1. O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas.....	378
2.2. Formas de controles exercidas pelos Tribunais de Contas .....	384
2.3. Competências dos Tribunais de Contas.....	386
2.4. Eficácia das decisões dos Tribunais de Contas .....	407
2.5. Relatórios dos Tribunais de Contas.....	409
2.6. Controle de constitucionalidade exercido pelos Tribunais de Contas .....	409
2.7. Competência dos Tribunais de Contas para expedir cautelares.....	410
2.8. Competência do TCU conforme entendimentos do próprio Tribunal.....	411
2.9. Comissão Mista Permanente.....	415
2.10. Tribunal de Contas da União .....	415
<b>Capítulo 7 ► SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....</b>	<b>421</b>
1. Conselho Monetário Nacional (CMN).....	428
2. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).....	432
3. Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) .....	434
4. Banco Central do Brasil .....	434
4.1. O Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	440
5. Comitê de Política Monetária (COPOM) .....	443
6. Comissão de Valores Mobiliários (CVM) .....	444
7. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) .....	447
8. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).....	448
9. Banco do Brasil S/A.....	450
10. Caixa Econômica Federal (CEF).....	452
11. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....	454
12. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) .....	455
<b>Capítulo 8 ► CRIMES RELACIONADOS ÀS FINANÇAS PÚBLICAS .....</b>	<b>457</b>
1. Crimes contra as finanças públicas no Código Penal .....	457
1.1. Contratação de operação de crédito.....	459
1.2. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar .....	461
1.3. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura .....	462
1.4. Ordenação de despesa não autorizada .....	464
1.5. Prestação de garantia graciosa .....	467
1.6. Não cancelamento de restos a pagar .....	469

1.7. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura .....	470
1.8. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado .....	472
1.9. Infrações administrativas contra as leis de finanças públicas .....	472
2. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/86 .....	473
2.1. Bem jurídico tutelado .....	477
2.2. Sujeitos do crime .....	478
2.3. Competência .....	479
2.4. Delação premiada.....	479
2.5. Divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta (art. 3º)....	480
2.6. Gestão fraudulenta e gestão temerária (art. 4º) .....	481
2.7. Sonegação de informação ou prestação de informação falsa (art. 6º) .....	486
2.8. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários (art. 7º) .....	487
2.9. Empréstimo ou adiantamento vedados (art. 17) .....	488
2.10. Financiamento mediante fraude (art. 19) .....	491
<b>Capítulo 9 ► O DIREITO FINANCEIRO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 .....</b>	<b>495</b>
1. Emenda Constitucional nº 106, de 2020.....	495
2. Leis complementares nº 172/2020 e 197/2022 .....	497
3. Lei Complementar nº 173, de 2020 .....	498
4. Calamidade Pública e Regime Extraordinário Fiscal (EC 109/2021).....	505
5. Auxílio emergencial.....	508
6. Impossibilidade de responsabilização pela não aplicação dos percentuais mínimos em ensino (EC 119/2022).....	508
7. Importantes entendimentos sobre o Direito Financeiro e a COVID-19.....	510
<b>SÚMULAS RELACIONADAS AO DIREITO FINANCEIRO.....</b>	<b>513</b>
Supremo Tribunal Federal.....	513
Superior Tribunal de Justiça.....	514
Tribunal de Contas da União.....	515
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>521</b>